

ARTIGOS LIVRES

O estereótipo da loucura como instrumento de controle biopolítico sobre a mulher nos primeiros anos da república brasileira

*Carolina Bessa Duarte**

Resumo

Por anos, a mulher foi subalternizada, sendo relegada à posição de coadjuvante no relato histórico. Este trabalho objetiva retirar da escuridão essas figuras que foram sistematicamente caladas, condicionadas ao papel único de mãe e esposa, ceifadas de sua individualidade e liberdade. Com a História da Mulher intrinsecamente relacionada à História da Histeria, propõe-se uma análise da loucura enquanto estereótipo do feminino; investigando, assim, sua intervenção psiquiátrica como instrumento de controle do corpo. Com enfoque na cidade do Rio de Janeiro e na modernização que advém da Primeira República, a intenção é abordar a medicalização da “anormalidade” e a disciplinarização dos corpos sob uma ótica falocêntrica, com o controle biopolítico tendo destaque ao responder de forma eficaz aos anseios do Estado - e do modo de produção capitalista - na tentativa de se criar corpos dóceis e domesticados. Fazendo-se valer de uma ampla pesquisa bibliográfica, o presente artigo ambiciona dar voz a essas mulheres que foram por tanto tempo silenciadas.

Palavras-chaves: Mulher; Loucura; Histeria; Controle Social; Biopolítica; República brasileira.

Abstract

For years, women have been subordinated, relegated to a secondary act in the History account. This work aims to remove from the darkness those figures who were systematically muted, conditioned to the unique role of mother and wife, cut off from their individuality and freedom. With the History of Women intrinsically related to the History of Hysteria, our proposal is the analysis of madness as a stereotype of the feminine; thus investigating the psychiatric intervention as a misogynistic instrument of control. With focus on the city of Rio de Janeiro, and on the modernization that came with the Republic, the intention is to address the medicalization of “abnormality” and the disciplining of bodies from a phallogocentric perspective; with an emphasis on biopolitical controls as an effective way to achieve interests of the State - and the capitalist mode of production - to create docile and domesticated bodies. Making use of extensive bibliographic research, this article intends to give voice to these women who have been silenced for so long.

Keywords: Women; Madness; Hysteria; Social Control; Biopolitics; Brazilian republic.

* Graduanda em História pelo Centro Universitário LaSalle-RJ. Pesquisadora do Laboratório Universitário de Pesquisa sobre Práticas Ativas de Aprendizado (LUPPAA) e do Novas Fronteiras: Núcleo de Pesquisa em Migrações e Direitos Humanos.

Introdução

Por anos, a mulher carregou a imagem de “louca”, “temperamental” ou “histérica”; estigmatizada, coube a ela um papel secundário na ordem social, política e econômica. Houveram, sim, mulheres que se atreveram a desafiar as relações de poder vigentes, conquistando seu espaço e notoriedade; porém, existem poucas fontes documentais sobre esses casos, muitas delas, inclusive, foram descartadas por serem consideradas de menor importância frente àquelas que relatam a vida de figuras masculinas¹. Torna-se, dessa forma, muito difícil recuperar a história dessas mulheres, relegadas por vezes ao anonimato. De acordo com Michelle Perrot, trata-se de uma silenciamento feminina que se estendeu por anos e de diferentes formas, sendo naturalizada e normatizada.

A história é o que acontece, a seqüência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal.²

É por isso que faz-se importante o resgate da História dessas mulheres “sem voz”, vítimas de uma estrutura patriarcal, a quem foram tiradas as oportunidades e as liberdades, num processo de normatização que ceifava seus direitos. O presente artigo deseja colaborar para tirar essas mulheres do obscurantismo, abordando as estratégias de controle social e suas consequências, numa proposta que ambiciona discutir os métodos de vigilância, gestão e contenção empregados sobre o feminino.

Nesse sentido, a disciplinarização se destaca como forma de exercer controle sobre os corpos e se mostra das mais variadas formas; a vemos comumente em prisões, quartéis ou escolas, mas ela não se limita somente às instituições de poder, estando presente nas relações sociais, no nosso dia-a-dia, já de forma intrínseca. Tendo a Primeira República brasileira como pano de fundo, a proposta deste trabalho é, então, analisar a medicalização da loucura como instrumento de disciplinarização do feminino, atuando de forma biopolítica de modo a gerar corpos dóceis que respondam às expectativas da sociedade: a mulher é moldada a ocupar o

¹ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

² *Ibidem*. p.16.

O estereótipo da loucura...

papel de mãe e esposa, submissa e de “boa moral”. Estabelece-se, assim, a família como outra forma de disciplinarização, com um pai que deve ser provedor, um filho como futura mão-de-obra domesticada e uma filha subserviente, passando das mãos do pai para as mãos do marido. É necessário deixar claro que este trabalho não se propõe ao estudo da doença em si, e, sim, o estudo da repressão social sofrida pelas mulheres que, por discordar das normas, foram elencadas como doentes mentais e reprimidas, tendo como foco o intervencionismo baseado na misoginia.

Esse trabalho se baseou numa ampla pesquisa bibliográfica que contou com nomes como o de Magali Engel, Cristiana Facchinetti, Priscila Cupello, Silvia Federici, assim como uma análise de fontes primárias que teve como objeto de investigação os escritos de alienistas da época, como Julio Porto-Carrero e Henrique Roxo.

A pesquisa feita se divide em cinco tópicos. O primeiro tópico, “A República Velha e a mulher”, e o segundo, “A chegada da modernidade e da medicina psiquiátrica no Brasil”, são responsáveis por ilustrar o contexto e o pano de fundo do recorte local e temporal investigado. No terceiro tópico, “A medicina social como estratégia biopolítica”, a medicina não-patológica ganha destaque e a biopolítica emerge de um poder disciplinar como meio de “gerir a vida”. Os últimos tópicos se concentram na figura da mulher, com o tópico quatro, “A emancipação feminina e o início de uma política de biopoder”, tratando da ação feminina e da reação conservadora, enquanto o tópico cinco, “A louca: como a insanidade serviu de instrumento para a biopolítica”, aborda os prognósticos médicos, os dados do principal hospício da época - Hospital dos Alienados - e apresenta três estudos de casos.

O que precisa ser apontado neste artigo é que ele não leva em consideração a questão de raça, nem a questão social; sendo uma pesquisa, fruto de uma disciplina optativa de Artigos Acadêmicos do Centro Universitário La Salle-RJ, ainda inicial e que precisa de maior aprofundamento para ser capaz de englobar o feminino como um todo, sem apagar ou desmerecer o percurso de nenhuma mulher. A experiência feminina não é singular e não pode ser entendida como única. As vivências, os desafios, a forma como vêem o mundo, e como são vistas, depende, e difere, de acordo com fatores como a cor da pele e a classe social: a vida de uma mulher branca burguesa não pode ser comparada com a experiência da mulher negra ou proletária. Nesse sentido, é importante ressaltar que ainda há muito a ser estudado e analisado para que a realidade de nenhuma mulher seja esquecida.

A República Velha e a mulher

O Brasil, construído sob uma égide colonial, é herdeiro de uma lógica ibérica fortemente patriarcal e autoritária. Marcado por vestígios de um passado escravagista, o país carrega consigo uma história elitista, excludente e dominada por homens brancos no poder. A Proclamação da República inaugurou o que seria mais um capítulo dessa história: A Primeira República, também chamada de República Velha, que se inicia em 1889 e se encerra com a Revolução que colocaria Getúlio Vargas no poder, em 1930. São quatro décadas de um governo oligárquico, com destaque para a elite cafeeira de São Paulo e Minas Gerais se revezando no poder. A economia se mostrava majoritariamente agroexportadora e a política fraudulenta, dominada pelas práticas do mandonismo, coronelismo e clientelismo. Também chama a atenção um avanço industrial embrionário junto ao início de um movimento operário. Mudanças que parecem significativas mas que, na realidade, não afetaram a estrutura da sociedade brasileira da época: a república foi proclamada, o povo assistiu bestializado e nada mudou na vida da classe baixa e média brasileira.

Nesse Brasil da Primeira República, o feminino continua a ser encarado como um tabu. Para a sociedade conservadora da época, a mulher, via de regra, precisava cumprir o papel de esposa submissa, dona de casa cuidadosa e mãe dedicada para, então, ser considerada honrada e de bom caráter. As mulheres que não se encaixavam neste molde eram tidas como loucas, prostitutas ou degeneradas.

Somente com o raiar do século XX e a chegada da modernidade, mudanças progressivas começam a surgir. Com o crescimento urbano e a influência de novos modelos europeus novas formas de se pensar a mulher são gestadas dentro da sociedade brasileira. Em contrapartida, como consequência do início de um movimento de emancipação feminina, percebe-se reações negativas das partes mais falocêntricas e conservadoras da sociedade. Reações essas que vão se traduzir no reforço de um discurso misógino, em novas estratégias de controle e em rearticulações de dispositivos de poder, todos com o intuito de reprimi-las e, por vezes, puni-las.

No primeiro Código Civil brasileiro, aprovado em 1916, as mulheres - casadas ou sob a tutela do pai - eram consideradas incapazes juridicamente, ao lado das crianças, portadores de deficiência mental, índios e mendigos. De acordo com Maria Lygia Quartim de Moraes,

O estereótipo da loucura...

Com o casamento a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido a autorização para que ela pudesse trabalhar, realizar transações financeiras e fixar residência. Punia severamente a mulher vista como “desonesta”, considerava a não virgindade da mulher como motivo de anulação do casamento e permitia que a filha suspeita de “desonestidade”, isto é, de manter relações sexuais fora do casamento, fosse deserdada.³

Já na área da ciência médica vemos essa represália na forma de uma série de diagnósticos de doenças mentais, mais comumente histeria, sendo apontados às mulheres que não se encaixavam nos moldes da época. É o discurso da loucura como tentativa de desacreditar e desconsiderar mulheres que se atreviam a buscar por mais independência ou a pensar por si mesmas. É o discurso de poder de uma medicina social que se utilizava de uma biopolítica para controlar, coibir e ceifar qualquer força feminina.

A chegada da modernidade e da medicina psiquiátrica no Brasil

Para entender melhor a medicina psiquiátrica da Primeira República é necessário um resgate histórico, visto que a institucionalização da psiquiatria no Brasil é fruto de um processo educacional que se iniciou com a chegada da Corte portuguesa no Brasil em 1808 - antes da mudança do coração do Império para território ultramarino não havia em terras coloniais nenhum tipo de instituto de ensino superior. Será justamente com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro que a cidade vai crescer significativamente, e ganhará novas instituições, como o Banco do Brasil, o Jardim Botânico, a Real Biblioteca (hoje Biblioteca Nacional), bem como, órgãos voltados para o ensino superior - o primeiro sendo um curso de Medicina e Cirurgia. Dessa forma, inicia-se um novo período para a educação brasileira, o que antes era uma educação pública religiosa acaba por ser secularizada e expandida.

Nessa conjuntura, a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1829, também se mostra de suma importância para o processo de institucionalização da psiquiatria no Brasil, afinal, abre espaço para discussões sobre os alienados, permitindo que sejam vistos sob um viés médico e científico, o que até então não acontecia. Essa parcela da população, os considerados “loucos”, ou ficavam a vagar pelas ruas, sendo tratados meramente como excêntricos, ou eram presos e confinados na Santa Casa de Misericórdia, ou ainda, os de família

³ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: SINGER, Paul (org.). A história da cidadania. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002, p.503.

abastada, eram contidos no seio familiar - asilados em suas casas. Inicia-se, então, um debate acerca do tratamento dispensado à essas pessoas: ao mesmo tempo em que eram vistos como uma ameaça à sociedade, representando um atentado à moral e aos bons costumes por seus comportamentos desviantes, seu encarceramento era questionado, uma vez que a Santa Casa de Misericórdia era acusada de lidar com os alienados de forma desumana, “[...] os loucos encarcerados em cubículos estreitos, em condições insalubres e muitas vezes amarrados, compunham cenas dantescas”⁴.

Em sua dissertação de mestrado, Lourence Alves defende que “liberdade e loucura eram antônimas”⁵. Destacando também que, enquanto a criação de um espaço de proteção para os alienados era solicitado pela população, visando um tratamento apropriado com recursos terapêuticos, havia também toda uma lógica de higiene social, “um desejo do Império de expurgar elementos indesejáveis do cenário social urbano”⁶.

O cenário que acompanha essa discussão deve ser também objeto de análise. Em 1822, a independência do país é proclamada por D. Pedro I; havendo, nos anos seguintes, conflitos estimulados por aqueles que não aceitavam a recém emancipação do território brasileiro - as chamadas guerras de independência - que vão perdurar por alguns anos até serem formalmente cessadas em 1825, com o Brasil sendo reconhecido como independente por Portugal e Reino Unido - ao custo de uma indenização. Com uma Constituição (outorgada em 1824) autoritária e centralista, o primeiro reinado vai ser marcado por dificuldades econômicas e embates como a Confederação do Equador, a Guerra da Cisplatina e a Noite das Garrafadas. A impopularidade e o autoritarismo de D. Pedro I, eventualmente, o obrigam a abdicar em 1831 em prol do infante D. Pedro II, o que leva ao Período Regencial - período, este, marcado por diversas revoltas, como a Revolta dos Malês, Revolta dos Farrapos, Cabanagem, Sabinada, Balaiada. Com o Golpe da Maioridade, em 1841, D. Pedro II é coroado aos 15 anos de idade - tem-se início o Segundo Reinado, que vai perdurar até a Proclamação da República em 1889 - , será, justamente, este, o ano em que é decretada (decreto nº 82, de 18 de julho de 1841) a construção da primeira instituição voltada para a saúde mental do Brasil: o Hospício de Pedro

⁴ ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, n. 3, v. 12, 2005. p. 984.

⁵ ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

⁶ *Ibidem*. p. 28.

O estereótipo da loucura...

II, no Rio de Janeiro.

Para ilustrar esses anos, de forma a melhor compreender as forças por trás da fundação do Hospício em si, podemos relembrar a Lei Bill Aberdeen, de 1845, - lei inglesa que proibia o tráfico de escravos e dava à Inglaterra direito de agir contra navios negreiros encontrados em alto-mar -, assim como, a Lei Eusébio de Queiroz - proibição do tráfico negreiro na legislação brasileira -, a Lei de Terras - que procurava regulamentar as terras e a propriedade privada no Brasil - e a reorganização da Guarda Nacional, esses três datando de 1850. Junto a isso, temos um gradual crescimento de um estímulo imigratório de mão-de-obra europeia - já notando-se um desejo de embranquecer a população, e uma preocupação com uma gradual libertação dos escravos. Necessário falar também do início de um processo de industrialização, muito representado na figura do Barão de Mauá - com o surgimento de fábricas, ferrovias, bancos e empresas capitalistas.

A cidade ia se transformando a cada dia. Embora ainda mantivesse em suas veias vestígios das estruturas materiais do escravismo, já eram vistos sinais de modernização latentes por todos os lados da capital. Era uma cidade contraditória, dividida, em processo de modernização e com feições coloniais.⁷

Nessa conjuntura, passando para a questão sanitária - mais próxima do objeto de estudo abordado neste trabalho -, temos um Rio de Janeiro altamente insalubre, havendo, inclusive, no entorno de 1850, a primeira grande epidemia de febre amarela na Corte; “Além da febre amarela, a varíola, a cólera e outras doenças endêmicas também assolavam a Corte carioca”⁸. Essas doenças endêmicas, somadas às teorias higienistas da época, e ao fortalecimento da medicina como uma ciência, aproximam a relação do Império com os estudos médicos, formando uma parceria política, “a promoção da saúde entra na pauta do Império”⁹. Dessa forma, amplia-se o espaço de domínio da medicina, que cresce como um saber científico de autoridade, passando a concentrar em si mais poderes e autonomia, bem como, direitos intervencionistas. É época da chamada medicina social, que via o exterior como lugar de perigo ao corpo são, preconizando, assim, romper com a barreira do indivíduo,

⁷ ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. p. 26.

⁸ Ibidem. p. 27.

⁹ Ibidem.

adotando o espaço social como o verdadeiro responsável pelas enfermidades acometidas pela população.

Segundo Roberto Machado, foi no seio da idéia de uma medicina social, que incorporava a sociedade como objeto de estudo e prática, desviando seu foco do corpo físico individual para o coletivo e acreditando estar no meio social, o cerne dos males epidêmicos, que a prática psiquiátrica no Brasil nasceu e se consolidou.¹⁰

No dia nove de novembro de 1852 é finalmente inaugurado o Hospício de Pedro II (que em 1890 passa a se chamar Hospício Nacional de Alienados e em 1911 é renomeado para Hospital Nacional de Alienados); tratava-se de uma época em que a psiquiatria ainda era tida somente como uma matéria de ensino na medicina e não propriamente uma especialização. O prédio, atual Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “possuía muito espaço e claridade nos ambientes, alas masculina e feminina, pátios e jardins arborizados e, é claro, grades, celas de isolamento e quartos fortes, voltados para o controle dos mais agitados.”¹¹. Os internados eram, também, classificados de forma diferente, haviam os pensionistas, àqueles que podiam pagar e, logo, tinham melhores acomodações e tratamento, e àqueles que eram admitidos gratuitamente. Fora essa divisão, haviam ainda diferentes classes de pensionistas, que se diferenciavam de acordo com o montante pago à instituição. O que é necessário destacar, para se entender melhor a dinâmica do instituto, é que, nos primeiros anos, quem tinha maior controle sobre o Hospício eram as ordens religiosas, com os médicos servindo de auxílio.

[...] esta ainda não era a instituição almejada pelos médicos que, aliás, participavam pouco da gestão e administração efetiva do Hospício, colaborando mais com os componentes científicos para o discurso filantrópico e com uma gerência restrita a seu saber. O que podemos ver de início, foi uma transferência do pseudo-tratamento oferecido nos porões da Santa Casa, para um esboço de tratamento científico num suntuoso “Palácio de Guardar Doidos” (ALENCAR, 1993, p.59), onde ao menos as estruturas físicas estavam mais adequadas.¹²

¹⁰ Ibidem.

¹¹ ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

¹² Ibidem. p. 30.

O estereótipo da loucura...

De acordo com Lourence Alves, será com a posse de João Carlos Teixeira Brandão, em 1887, que esse quadro começa a se modificar; parafraseando Alves, o médico deixa de ter um papel de mera assistência terapêutica e passar a agir na gestão científica do espaço, numa mudança que só vai ser realmente completa após a Proclamação da República¹³. De fato, com o advento da República, as ciências médicas ganharão maior notoriedade e autonomia, elevando, então, a posição dos estudiosos da medicina, que passam a ser encarados como figuras de maior autoridade. Entender essa autoridade será essencial para melhor compreender o direito de intervenção que esses homens vão ter sobre a sociedade, bem como, o poder que vão possuir sobre os corpos - com destaque, para o corpo da mulher. Para ilustrar esse novo período, Gisele de Almeida Machado afirma

O final do século XIX foi marcado pela expansão das relações sociais capitalistas, o que significou as transformações de velhos hábitos, gostos e práticas do passado, incompatíveis com o movimento de mudança. As estratégias da nova ordem estavam relacionadas à limpeza, redefinindo o enquadramento social. Nesse momento, se adequar às novas normas sociais era muito mais do que se adaptar as mudanças, ou seja, era reorganizar o espaço urbano a partir de novos padrões arquitetônicos de beleza, limpeza e civilidade.¹⁴.

Nessas circunstâncias, precisamos destacar o ano de 1889, quando as portas da República são abertas, proclamada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, e é inaugurado um período de modernidades, com a ideia da ordem e do progresso encabeçando uma nova sociedade: a Belle Époque dos trópicos. Essa “herança inesperada”, como foi chamada a República por Euclides da Cunha, traz transformações não somente políticas e econômicas como também sociais. Desejando romper com os tempos da monarquia – se afastar das marcas de um passado colonial e de uma independência que deu o poder nas mãos de um português -, e, aspirando aproximar-se da ideia europeia de “civilização”, torna-se crucial a construção de um novo país – moderno, positivista, que preze pelo futuro.

Observa-se, então, o Rio de Janeiro ainda no papel de capital, eixo administrativo e político do país, atraindo ainda mais destaque, afinal, centro de uma república recém proclamada, tem todos os olhos voltados para si. Nesse contexto, com a influência das

¹³ Ibidem.

¹⁴ MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, julho 2011. p. 1.

correntes higienistas e eugenistas, empreende-se um movimento de “limpeza” na cidade, que, agora, torna-se foco do governo e da ação pública. Visando resolver o problema de saúde do Rio de Janeiro – insalubre, foco de doenças endêmicas, sem saneamento básico -, assim como, modernizar a capital e embelezá-la, começam intervenções que não se restringem somente às ruas da cidade, mas, também alcançam o próprio corpo físico de seus habitantes.

Para os contemporâneos eram os morros, os pântanos e as habitações coletivas os responsáveis pela insalubridade e pela promiscuidade da época. Nesse período, destacaram-se personagens como Rodrigues Alves, Pereira Passos e Oswaldo Cruz como interventores da ordem social; a cidade passa a ser vista como um corpo, são construídas largas avenidas – relacionadas a ideia de “artérias” e “veias” -, praças arborizadas, inúmeros prédios são demolidos, como os cortiços – sem o devido realocamento da população, o que levou ao processo de favelização -, são impostos novos hábitos para a população, medidas sanitárias e novas formas sociais de ocupação do espaço. Trata-se de um processo de urbanização que, ao levar a uma remodelação do espaço, precisa ser entendida além de suas limitações físicas e simplismos geográficos, afinal

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo. Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos.¹⁵

Dentro desse contexto, o gerenciamento da vida surge como um método de controle social efetivo. Afinal, a cidade do Rio de Janeiro, grande centro urbano de atividade industrial, vinha atraindo “operários, ex-escravos e trabalhadores de diversas regiões brasileiras e de outros países, que constituíram uma população diversificada e pobre”¹⁶. Tornava-se necessário, para as classes dominantes, uma reorganização da cidade - e de seu povo - num processo biopolítico que transformasse o Rio de Janeiro, e o Brasil, num país republicano capaz de alcançar os ideais burgueses modernos. Necessário salientar que esses ideais burgueses estão fortemente atrelados ao sistema capitalista e às novas formas de dominação social da

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 44.

¹⁶ FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUNOZ, Pedro F. de. *As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939)*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008.

O estereótipo da loucura...

época, com a noção de utilidade e produtividade sendo vistas sob uma nova ótica. O interesse das camadas hegemônicas estará voltado para a disciplinarização dos corpos, para que se formem trabalhadores dóceis e obedientes, uma população submissa e controlável, produtiva e economicamente lucrativa. Em síntese, nota-se uma política de biopoder que se sustenta na ideia da instrumentalização da vida, e que responde às necessidades da recém estabelecida sociedade burguesa capitalista.

A prática médica perdeu o caráter individualizado e ganhou aspiração de ação política, na qual o foco que anteriormente encontrava-se no corpo físico do indivíduo passou para o ataque a toda causa exterior ao espaço do corpo. Ocorreu um movimento da doença para a saúde, no qual a saúde passava a ser vista como um problema social. Esse processo de ingerência sobre o universo não mais circunscrito ao corpo do indivíduo doente configurou-se como um processo de medicalização da sociedade (MACHADO, 1978). Foi nesse contexto que a loucura tornou-se doença, de forma que o louco ganhou status de doente mental e o Hospício tornou-se o espaço de enclausuramento destinado à cura de tal doença.¹⁷

Dentro desse fenômeno, a figura da mulher, sua função social e seu corpo, vai se tornar importante objeto de gerenciamento, fundamental para a construção do que seria o modelo de um verdadeiro *cidadão republicano*.

A medicina social como estratégia biopolítica

Nesse cenário, nasce uma psiquiatria preventiva, intervencionista e remodeladora. Em meio a um período de transformações estruturais e sociais, com a Revolução Industrial tecendo relações de poder antes nunca vistas, o Estado moderno consolidando-se como força política, e os ideais burgueses ditando os novos parâmetros sociais, a medicina surge como um instrumento de controle social. Assim sendo, tal controle passa a responder aos interesses dos grupos dominantes, servindo de ferramenta reguladora para a perpetuação da lógica de poder daqueles no comando; nesse sentido, é construído o que seria um “modelo de cidadão ideal” - àquele de atitude exemplar, maleável, capaz de seguir os preceitos e padrões da nova hegemonia, adequando-se com naturalidade à estrutura hierárquica que lhe é imposta. Nesse

¹⁷ ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. p. 31.

sentido, ao definir-se esse “cidadão ideal”, que seria, então, o modelo de “normalidade” - o homem são - é estabelecido, por consequência, o seu antônimo, o “anormal” - logo, o insano -, àquele que precisa ser corrigido, enquadrado, que não corresponde às expectativas da sociedade da época e, portanto, precisa ser interdito: a loucura passa a ser, agora, uma doença mental que precisa ser extirpada. Assim, pode-se dizer que, àqueles considerados loucos não deixam de ser um produto da mesma sociedade que os repele. São o resultado de um processo de normatização da comunidade e padronização do indivíduo.

Michel Foucault explica esse fenômeno de gradual ingerência social pelo Estado ao trabalhar com a ideia de poder - poder que, para ele, não é algo estático e único, e, sim, forma-se através de uma rede de relações que se estendem pelo tecido social em diferentes âmbitos e de diferentes formas. Para tal, ele concebe o conceito de poder soberano, poder disciplinar e biopoder, todos mecanismos que, respectivamente, irão sobrepor um ao outro, sem uma substituição absoluta. Dessa forma, o poder soberano está relacionado ao suplício, sendo próprio da Idade Medieval, enquanto o poder disciplinar se relaciona a ideia de punição, desenvolvendo-se ao entorno do século XVII e XVIII¹⁸. Parafraseando Foucault, esse novo mecanismo de poder seria uma das grandes invenções da sociedade burguesa, capaz de oferecer as ferramentas necessárias para a construção do capitalismo industrial e sociedade correspondente¹⁹.

[...] o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra "natural", quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico.²⁰

Destaca-se, então, a ideia de “gerir a vida”. Nesse sentido, temos o poder disciplinar se desenvolvendo em um biopoder, em torno da metade do século XVIII. Enquanto um, se centra no corpo como uma máquina, o outro, respectivamente, se centra no corpo “transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974 - 1975)*. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2011.

¹⁹ Idem. *Microfísica do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984. p. 188.

²⁰ Ibidem. p. 189.

O estereótipo da loucura...

nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”²¹. Regido por intervenções que intentam controle e domínio de tais corpos, esse esquema de poder vai se mostrar através de um fenômeno denominado de biopolítica.

[...] o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.²²

A emancipação feminina e o início de uma política de biopoder

Urge manter à mulher o seu sexo: orienta-la para profissões que correspondam devidamente ao seu impulso sexual; dar-lhe posição social que lhe torne desnecessária a aspiração ao mando; educar os dois sexos para o amor, de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade função pouco penosa, pela hygiene physica e mental. É preciso, principalmente, não perder de vista que a função sexual da mulher não está completa sem a maternidade.²³

A mulher era filha, era esposa, era mãe ou não era nada - assim pensavam muitos dos homens que viviam pelas ruas do Rio de Janeiro na Primeira República. Quando menina deveria ser criada para ser boa esposa, quando esposa deveria ser devotada a fim de ser mãe, quando mãe deveria se sentir realizada. Qualquer concepção diferente - qualquer ideia que diferisse do ideal burguês de “dona de casa satisfeita em servir seu marido”, que afastasse a mulher da imagem de Maria e a aproximasse de Eva - seria considerada imoral, condenável e, afirmavam, só poderia ser resultado de loucura. Era isso, ao menos, o que defendiam os alienistas da época e, junto deles, uma significativa gama da população. Mas, para muitas mulheres, a realidade era outra. Assim, durante o século XIX, e à medida que adentra-se o século XX, vão surgindo cada vez mais reivindicações femininas - seja por educação, direitos iguais ou mais liberdade.

Nesse cenário, o início do século XX no Brasil se torna palco de mudanças que englobam

²¹ Idem. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999. p. 131.

²² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984. p. 189.

²³ PORTO-CARRERO, J. Sexo e cultura. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, n. 5, maio de 1930. p. 164.

o que poderia ser chamado hoje de “luta de gêneros”. Em 1910 é formado o Partido Republicano Feminino, que tencionava lutar pela emancipação das mulheres e seu direito ao voto (que só será conquistado com Getúlio Vargas e o Código Eleitoral de 1932) - uma de suas fundadoras é Leolinda Daltro, figura importante para o feminismo no país. Daltro organiza, em 1917, uma marcha pelas ruas do Rio de Janeiro. Um ano depois, 1918, Maria Lacerda Moura publica seu primeiro livro, “Em Torno da Educação”, em que alega ser o processo educacional uma importante ferramenta de libertação para as mulheres. Em 1919 é aprovada uma lei que define salários iguais para homens e mulheres - o que, na prática, não é uma realidade até hoje. Bertha Lutz, outra figura que deve ser lembrada pelo ativismo e defesa das mulheres, organiza em 1922 o 1º Congresso Feminista e funda neste mesmo ano a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). O ano agora é 1928 e Alzira Soriano de Souza é a primeira mulher a ser eleita prefeita no Brasil, e na América Latina.

Analisando esse contexto, a cientista política Carla Cristina Garcia argumenta que o início da urbanização e da imigração em larga escala, junto as mudanças políticas e econômicas, permitirá maior espaço para essas novas ideias de inclusão e participação social da mulher²⁴. Nessa conjuntura, podemos destacar casos de mulheres de esquerda e artistas, como Tarsila do Amaral e Pagu, que não hesitaram em se posicionar em defesa dos direitos das mulheres e romperam com tabus estabelecidos. Aumenta-se, também, o número de mulheres de classe média que começam a estudar, assim como as que se inserem no mercado de trabalho, muitas como professoras ou enfermeiras²⁵.

Facchinetti e Cupello explicitam muito bem quando falam: “Não eram mais apenas as ex-escravas e empregadas de manufaturas que tinham acesso às ruas da cidade, mas as “boas moças de família” também passaram a circular em festas, lojas e teatros”²⁶. “Boas moças de família” essas que, de acordo com os alienistas da época, passavam a representar uma ameaça ao futuro da nação: responsáveis pela prole, deveriam ser cidadãs exímias e, para os homens da época, isso se traduzia somente na função de mãe, esposa e dona-de-casa. Ou seja, qualquer coisa que se desviasse do papel social esperado da mulher passa a ser considerado

²⁴ GARCIA, Carla Cristina. *Breve histórico do movimento feminista no Brasil*. Disponível em: <<https://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020. p. 9.

²⁵ FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila Céspedes. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 11, 2011. p. 697- 718.

²⁶ Ibidem. p. 701.

O estereótipo da loucura...

um perigo, não só para os outros, como para si mesma; a mulher é, então, vista como um ser que necessita de auxílio, direcionamento e orientação - tudo, de acordo com os especialistas, para o seu próprio bem. Nota-se nesse aspecto o quão carregado estavam os saberes médicos das antigas concepções científicas que relacionavam a mulher ao emocional e o homem ao racional: “profundamente impregnada de pressupostos do século anterior [...] continuavam a apontar o corpo das mulheres como mais predisposto a sofrer abalos mentais e morais”²⁷. A mulher era, então, tratada como um ser primitivo, influenciado por seus instintos e dominado pelas especificidades do seu sexo, carecia a ela o controle e a lógica do homem. De forma que, qualquer ingerência sobre sua vida seria justificável, e, qualquer intervenção sobre seu corpo plausível.

Facchinetti e Cupello resumem em poucas palavras o cenário que se forma

[...] as agitações da cidade, a saída de casa, o perambular pelas ruas, teatros, avenidas; o trabalho externo, enfim: a modernidade que batia à porta das moças da capital ameaçava a ordem republicana. Esses comportamentos foram interpretados por meio da psicopatologia: e quanto a isso, o risco para a mulher e sua prole era bastante ameaçador.²⁸

Ou seja, esperava-se da mulher a conduta de uma cidadã republicana ideal, qualquer comportamento que se desviasse dos ideais burgueses de mãe e esposa era alarmante ao, não somente ser considerado imoral, como também, comprometer a prole, e, assim, a nação republicana. Lembremos que trata-se de um período fortemente influenciado pelas teorias eugenistas e higienistas; característica que mostra-se, por exemplo, no jornal *O Globo*, de 1926, onde uma matéria intitulada “Quer casar? Pois consulte o médico primeiro! O esforço da Eugenia para salvar a Raça - Como escolher uma boa esposa!”²⁹ divulgava o livro do médico Renato Kehl e defendia a obrigatoriedade da realização de exame pré-nupcial antes do matrimônio, alegando que uma reprodução planejada era o ideal para o progresso do país e a “regeneração da raça”.

²⁷ FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUNOZ, Pedro F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008. p. 237.

²⁸ FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila Céspedes. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 11, 2011. p. 701.

²⁹ KEHL, Renato. Quer Casar? Pois Consulte o Médico Primeiro! O esforço da Eugenia para Salvar a Raça- Como Escolher uma Boa Esposa!”. *O Globo*, 08/02/1926. In: Acervo Renato Kehl – DAD – COC/Fiocruz. Caixa 1, maço 1. 1926.

Assim, as preocupações dos psiquiatras e eugenistas com relação à questão da reprodução e da hereditariedade voltavam-se para as mulheres objetivando estratégias para a raça brasileira, para que ela “pudesse alcançar o patamar do moderno e, por conseguinte saudável.”³⁰

Percebe-se, então, uma face da biopolítica: na busca por uma sociedade moderna criam-se estratégias de controle que tomam o feminino como objeto de ingerência, visando utilizar a medicina para interferir na vida e corpo da mulher, de forma, assim, a moldá-la para que possa se encaixar no ideal de família burguesa e na sua lógica capitalista. “Os indivíduos e suas famílias que não se encaixassem nos padrões economicamente produtivos passavam a serem vistos como aberrações. A família tornou-se o local privilegiado para a distinção entre o normal e o anormal”³¹. Deste modo, faz-se necessário compreender que o corpo, especialmente o corpo da mulher, além de se tornar objeto de disciplina e controle social, passa a ser alvo de disputa política - disputa essa, fruto de relações de poder falocêntricas, baseadas na submissão da sexualidade feminina³².

[...] se a sexualidade foi importante, foi por uma porção de razões, mas em especial houve estas: de um lado, a sexualidade, enquanto comportamento exatamente corporal, depende de um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente [...]; e depois, por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação.³³

A louca: como a insanidade serviu de instrumento para a biopolítica

A partir do momento em que a psiquiatria adquire a possibilidade de referir qualquer desvio, anomalia, retardo, a um estado de degeneração, vê-se que ela passa a ter uma possibilidade de ingerência indefinida sobre os

³⁰ FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila Céspedes. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 11, 2011. p. 704.

³¹ TAVEIRA, Adriana do Val Alves; RODRIGUES, Juliana; LEVANDOSKI, Daisa Maria. A Mulher e a psiquiatria no século XIX. *Revista Faz Ciência Unioeste - Campus de Francisco Beltrão*. Paraná, n. 31, v. 20, 2018. p. 99.

³² EMMERICK, Rulian. *Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.199. 2007.

³³ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 300.

comportamentos humanos.³⁴

Entre as teses que regiam a psiquiatria na época da Primeira República uma das que mais se destacava era a da crença de uma suposta fraqueza natural feminina. Utilizando-se, então, das especificidades do seu gênero como justificativa de uma saúde mais frágil e inconstante, dissemina-se a ideia de que as mulheres eram mais predispostas às moléstias do que os homens. Nesse contexto, forma-se uma associação entre a fisiologia feminina e as doenças mentais - de forma que a puberdade, o ciclo menstrual, a gravidez, o parto, o pós-parto e a menopausa passaram a ser priorizados no diagnóstico e definição de afecções mentais. Tais estágios eram observados com cuidado pois acreditavam ser propícios para a manifestação de perturbações mentais³⁵.

Um artigo que consta nos Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria, de 1907, escrito por Luiz M. de Rezende Puech e cujo título é “Ginecologia e Alienação Mental”, serve como exemplo de caso; nele, Puech cita como “psicoses” da mulher: a psicose da puberdade, a menstrual, a puérperas - psicose de lactação, gravidez e do climatério - e a psicose da menopausa. Neste trabalho em especial, Puech argumenta que, por estarem relacionadas, as doenças ginecológicas seriam responsáveis por causar neuroses mentais, ele afirma que “na mulher existem, não se pode contestá-lo, estreitas relações entre a alienação mental e as afecções utero-ovarianas”³⁶. Essa visão explica os tratamentos da época que visavam combater as doenças mentais mas que tinham como área de intervenção o órgão sexual feminino, tais como histerectomia (remoção do útero), raspagens, operações no colo do útero, extirpação do clitóres e introdução de gelo na vagina.

Essa ideia da loucura, mais especificamente da histeria, como uma concepção uterina, encontra apoio em médicos como Maurício Junior e M. L. Cordeiro. O primeiro, Maurício, cita entre as principais causas da histeria “o onanismo, a continência, o abuso dos prazeres venéreos ou, simplesmente, os prazeres venéreos”³⁷, enquanto Cordeiro culpabiliza a

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974 - 1975)*. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2011. p. 401-402.

³⁵ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

³⁶ PUECH, Luiz M. de Rezende. *Gynecologia e alienação mental*. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Affins*, Rio de Janeiro, ano 3, n.2, abr.-jun, 1907. p. 362.

³⁷ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 347.

ninfomania, a “sucessão de uma continência absoluta ao abuso ou ao uso racional dos prazeres venéreos”, bem como, “o orgasmo que resulta da aproximação dos sexos”³⁸. De outra forma, existiam aqueles que não eram adeptos da concepção uterina e relacionavam a histeria à sexualidade, porém, na prática, suas ideias não se distanciavam muito, pois, relacionavam os comportamentos patológicos não somente à ausência, como também, ao excesso de práticas sexuais.

Se para muitos deles a continência continuaria sendo considerada um aspecto relevante na etiologia da histeria, os excessos da masturbação ou do onanismo, as leituras lascivas ou eróticas, os espetáculos e conversações licenciosas, o abuso do coito ou dos prazeres venéreos etc. adquiriam um lugar cada vez mais destacado entre as causas predisponentes e determinantes da moléstia.³⁹

Continuando a analisar a psiquiatria da época por meio dos registros médicos, podemos citar Henrique Roxo, importante psiquiatra brasileiro, cujos trabalhos estão em diversos compêndios médicos. Ao discorrer sobre a histeria, Roxo⁴⁰ defende que as mulheres históricas são “péssimas donas de casa”, com um “olhar úmido, voluptuoso, sonhador”, uma “inteligência que prejudica”, assinalando um “orgulho sem limites, malevolência, falta de compreensão completa dos deveres sociais”; fala também das devotas, afirmando que confundem a imagem religiosa com uma contemplação erótica. Indo além, Henrique Roxo⁴¹ alega que um aumento no “grau de degradação social”, junto a uma “educação viciosa” e “um meio em que a imaginação é muito excitada, em que se vive mais de romances que de realidades” teria impulsionado as “perversões mentais” da época. Roxo afirma “[...] na vida de família, a cada passo se prepara a histérica, já concedendo-lhe a leitura de romances fantásticos, já excitando a sua imaginação com sonhos eróticos, já colocando a vida n’uma contemplação mística que predispõe à histeria.”⁴².

Roxo ainda caracteriza as doenças como uma espécie de denúncia do corpo, expondo

³⁸ M. L. Cordeiro apud ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 347.

³⁹ Ibidem. p. 347-348.

⁴⁰ ROXO, Henrique de Brito Belford. No seu trabalho “Dos estados mentaes nas grandes nevroses. Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins, Rio de Janeiro, ano 3, 1907. p.247- 263.” e no “Hysteria. Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins, Rio de Janeiro, ano 2, 1906. p.139-148.”.

⁴¹ Idem. Hysteria. Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins, Rio de Janeiro, ano 2, p.139-148. 1906.

⁴² Ibidem. p. 141.

O estereótipo da loucura...

aquelas mulheres que resistiam a aceitar sua “natureza frágil” e que praticavam atividades consideradas ilícitas e imorais. O trabalho “As Insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939)” faz um recorte das palavras de Roxo nesse aspecto

[...] comportamentos como a masturbação, o safismo, a abstinência, a coqueteria dos salões e o excesso de exposição a atividades excitantes passavam a ser delatados pelo corpo através de doenças como a histeria, a ninfomania e o esgotamento físico e psíquico.⁴³

Na prática, englobando discussões fora da esfera médica, acreditava-se que qualquer mulher que fugisse do modelo esposa e dona de casa estaria lutando contra sua própria essência, a sua função natural. Afinal, o corpo da mulher definia seu lugar no mundo, e, escrava de sua própria fisiologia, era sentenciada à maternidade. Uma mulher que apresentasse o desejo de se inserir no mercado de trabalho, de ser independente, que desenvolvesse sua intelectualidade, que não desejasse se casar ou ter filhos, que, em suma, enfrentasse as normas daquela sociedade, seria considerada insana, destinada à degeneração, e, portanto, retirada do convívio social para ser reabilitada - ou esquecida. Neste aspecto, percebe-se como a voz do homem, como é próprio de uma comunidade misógina, tem mais peso que a da mulher, ao observarmos que um dos relatos de maior importância para a realização da internação e do diagnóstico de loucura era o testemunho paterno⁴⁴.

Neste sentido, tomando o recorte espacial e temporal do trabalho, o Rio de Janeiro na Primeira República, é possível fazer uma breve análise da mulher e da loucura baseando-se nos dados de um importante hospício da época, aquele que já passou por três nomes: Hospício de Pedro II, quando inaugurado, Hospício Nacional de Alienados, com a República, e Hospital Nacional de Alienados, a partir de 1911. A pesquisa feita por Cristiana Facchinetti, Andréa Ribeiro e Pedro F. De Muñoz, intitulada “As Insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939)” conta com estatísticas detalhadas, resultado de uma pesquisa de pós-doutoramento realizada entre 2004 e 2006 na Casa de Oswaldo Cruz, e é aqui utilizada como suporte para nos ajudar a melhor detalhar o cenário investigado:

Os dados coletados nos informam que - dos prontuários até agora estudados - a maioria

⁴³ FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUNOZ, Pedro F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008. p. 238-239.

⁴⁴ PEGORARO, Renata Fabiana; CALDANA, Regina Helena Lima. Mulheres, loucura e cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. *Saúde Soc.*, São Paulo, n.2, v. 17, Junho, 2008.

dos internados eram homens brancos, porém, a maioria que morria durante o período de internação eram mulheres - (65%), enquanto a maioria dos homens obtinha alta e deixava o hospital (56%). Dessas mulheres - minoria no hospício (38,4% no universo investigado) - boa parte constava nos prontuários como negra e parda. Quanto aos diagnósticos, os mais comuns para as mulheres eram: os de histeria (até a década de 20), psicose maníaco-depressiva (prevalentes a partir da década de 1930), confusão mental e psicose periódica. Enquanto para os homens, os mais comuns, nas primeiras duas décadas do século XX, eram os de sífilis, alcoolismo, demência precoce, e, a partir dos anos 30, esquizofrenia, degeneração e paranóia. Quanto a sexualidade, os pacientes cujos prontuários citavam algum distúrbio que envolvesse sexualidade acabavam com mais tempo de internação (779 dias, em média) do que aqueles que não citavam essa questão (542 dias, em média). Ainda neste aspecto, o número de mulheres com referências explícitas à sexualidade chegavam a 19% enquanto no caso dos homens eram somente 5%, de acordo com os pesquisadores, aqui também se observa maior tempo de internação, logo, maior chance de óbito. Dentre os sintomas e sinais, citam- também prontuários em que constam ‘olhares lânguidos’

[...] mulheres que se recusam a usar saias ou vestuário feminino; que possuem ‘rebeldia natural’, as irritadiças, com crises de ira; que fogem de casa; que tentam se livrar dos filhos por aborto ou abandono; que abandonam seus maridos; que preferem a prostituição e a boemia ao casamento; que se recusam a casar e até mesmo que estudam em excesso.⁴⁵

Ainda analisando prontuários, podemos explorar também casos específicos, que servem de embasamento e refletem a realidade abordada no artigo. Magali Engel e seu texto “Psiquiatria e Feminilidade” nos apresenta histórias verídicas de mulheres que foram consideradas doentes mentais com base em prognósticos misóginos. O exemplo escolhido é o da M.J., 29 anos, branca, brasileira, casada. Internada no dia 27 de maio de 1896, na Casa de Saúde Dr. Eiras, diagnosticada como histeroepilepsia tendo como principais sintomas seus “antecedentes pessoais”

Revelando uma “vivacidade precoce” durante a infância, teve suas “primeiras manifestações histéricas e epilépticas” aos 14 anos, quando menstruou pela

⁴⁵ FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUNOZ, Pedro F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, 2008. p. 237.

primeira vez. A partir dos 21 anos, depois de ter se casado, apresentou “sensíveis melhoras do estado psicopático”, revelando “extrema dedicação ao marido”, ao qual, contudo, repudiaria mais tarde, abandonando o “lar doméstico” e entregando-se “sucessivamente a três homens de baixa classe”. O médico fez questão de sublinhar: “Esta infidelidade conjugal manifestava-se alguns dias antes do período catamenial. [...] Seus corrimentos mensais desde os primeiros, muito abundantes e acompanhados de grande excitação”.

Nos três primeiros dias posteriores à internação, M. J. apresentava-se aos olhos do médico “muito loquaz, exaltada”, relatando “em linguagem demasiado livre, os seus amores e lamentando a ausência do último amante”. M. J. não aceitou passivamente a sua reclusão e, em duas cartas enviadas ao marido, exigia a sua liberdade e denunciava as condições do estabelecimento no qual estava internada. Além disso, a punição representada pela internação não foi suficiente para que ela mudasse seu comportamento. Continuando a dar livre vazão a seus sentimentos e desejos, lançava “olhares libidinosos”, fazia “sinais convencionais” e escrevia “cartas a um doente que [via] ao longe, durante os passeios, pelo jardim do estabelecimento”, o que lhe valeria o rótulo de “ninfomaniaca”, anotado em sua ficha de observação.⁴⁶

Foi diagnosticada com “distúrbios uterinos” e submetida a uma cirurgia de curetagem, o que, de acordo com o médico, teria regulado sua menstruação e a curado de seu mal, a tornado “nervosa e excitada, pela falta do marido que julga seu único amparo”, posição que a teria concedido alta no dia 2 de setembro de 1896, com o resultado da operação sendo considerado “o mais lisonjeiro sob o ponto de vista mental”. Entretanto, M.J. voltaria a ser asilada anos depois e morreria no Hospício Nacional dos Alienados.

Em sequência, temos o artigo “O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930)”, de Cristiana Facchinetti e Priscila Cupello, fruto do exame de documentos clínicos pertencentes ao Pavilhão de Observações do Hospital Nacional de Psicopatas. Deste trabalho, são aqui explicitados os casos de Paola e Maria Antonia.

Paola, 30 anos, foi levada pela polícia para o Pavilhão de Observação do Hospício Nacional dos Alienados em 1906. De acordo com o médico, Paola teria sido casada mas, numa viagem que fez sozinha à Europa para visitar familiares, teria se encontrado sob “tentações diabólicas das quais, segundo diz, ninguém está livre, quebrou a severidade de sua conduta, faltou aos seus deveres de esposa e, de volta, apresentara-se ao marido grávida de três

⁴⁶ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 323-324.

meses”⁴⁷.

Na época, o marido a abandonou “após alguns castigos corporais” (LIVRO DE OBSERVAÇÃO..., 1906). Ficando sozinha, Paola logo encontrou nova companhia, e se “amasiou” com o novo companheiro. Tudo ia bem até que, algum tempo depois, seu primeiro marido reapareceu com desejo de reatar o casamento. Paola quis então se separar do amásio, que se “opôs tenazmente a sua retirada”, prendendo-a a força em casa e “maltratando-a cruelmente a pancadas” (LIVRO DE OBSERVAÇÃO..., 1906). Na confusão, a polícia foi chamada a intervir. O delegado, após tomar conhecimento de sua má conduta, resolveu encaminhar Paola ao Hospício, por suspeita de alienação.⁴⁸.

É necessário enfatizar a forma violenta com que Paola foi tratada, atos que foram encarados como disciplinadores, em defesa da honra e, portanto, justificáveis. Reforça-se, também, a ideia médica da época que considerava a mulher que não quisesse permanecer com seu companheiro, ou não cumprisse de forma satisfatória o papel que era esperado dela, como doente mental.

Ao chegar ao hospício, o médico constatou inicialmente que Paola era “muito nervosa e extremamente “suscetível a crise violenta, de raiva”. Tendo diagnosticado-a como histérica, transferiu-a para a Seção Esquirol, não sem antes ressaltar suas mudanças de humor ao longo daqueles dez dias de avaliação. Após as crises de raiva, Paola tornou-se “sujeita a crises de risos e de prantos não rara”. Ressalta-se, ainda, que a única medicação indicada em seu prontuário era o “estrato de fluido de maracujá” (LIVRO DE OBSERVAÇÃO..., 1906).⁴⁹.

Maria Antonia, 58 anos, foi encaminhada ao Hospício pela própria família em 1930 e diagnosticada com loucura maníaco-depressiva. Em seus papéis vemos que, depois da morte de seu marido e de um de seus filhos, teria apresentado o que chamaram de “má-conduta”, “por dias não mais quis saber da casa, andando de um lado para o outro lado sem destino, falando sem cessar, falando e batendo nas crianças e em si própria”. Como sinal de seu adoecimento, o médico que a observou declara ainda que ela “mostra[va]-se abatida, sempre

⁴⁷ FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila Céspedes. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 11, 2011. p. 708.

⁴⁸ Ibidem. p. 708-709.

⁴⁹ Ibidem. p. 709.

O estereótipo da loucura...

chorosa”⁵⁰. Não se sabe muito do quadro de Maria, somente que foi transferida do Pavilhão de Observação para a seção Esquirol e lá ficou depois de meses, até receber uma alta requerida pela família - o que significa que, mesmo não tendo sido curada, estava apta para voltar à sociedade.

Quanto à circunscrição de seu diagnóstico, os documentos clínicos referem-se apenas aos sinais e sintomas de “irritabilidade”, “excitação” e “falta de interesse de cuidar dos filhos e da casa”, devido ao seu estado “depressivo” (LIVRO DE OBSERVAÇÃO..., 1930). Podemos identificar nela o “estado de melancolia” [...] Quanto ao seu tratamento, a única menção encontrada foi a da utilização do mesmo “estrato de fluido de maracujá”, utilizado com Paola.⁵¹

Esses registros servem como evidência e nos mostram, na prática, como se deu o intervencionismo sobre as mulheres e seus corpos, legitimados pela medicina psiquiátrica e à serviço de uma biopolítica. Com um controle travestido de bem-estar social desdobrando-se numa medicina não-patológica guiada por padrões falocêntricos. Vemos nesses três casos, então, um pouco do que era a psicologia da época, com a loucura comumente relacionada à figura feminina e aos seus ciclos catameniais, seu desejo sexual - ou a ausência deste -, e a qualquer desvio comportamental ou excessos emocionais.

Considerações Finais

Diante do trabalho aqui desenvolvido, fica claro que a medicina social foi utilizada como um instrumento biopolítico em prol de um “gerenciamento da vida” que correspondesse aos interesses do Estado e das classes dominantes. Interesses esses, que seguem a lógica misógina de uma sociedade patriarcal. As relações de poder que, como Foucault defende, estão entrelaçadas por todo o tecido social, perpetuam os mecanismos de controle que, por sua vez, fundamentam as comunidades e sustentam os governos. Nesse contexto, a loucura enquanto estereótipo do feminino serviu para desmerecer a figura da mulher, enquanto a medicalização das doenças mentais deu permissão para ações interventoras sobre seu corpo. Pode-se afirmar

⁵⁰ LIVRO DE OBSERVAÇÃO..., 1930 apud FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila Céspedes. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 11, 2011. p. 709.

⁵¹ Ibidem. p. 710.

que o discurso alienista permitiu a intensificação de uma hierarquia falocêntrica que sufocava o feminino e limitava sua existência.

Ao resgatar as raízes da medicina não-patológica e o cenário do Rio de Janeiro na Primeira República, remonta-se o contexto histórico no qual aquelas mulheres estavam inseridas. Ao escolher analisar a situação através de uma ótica biopolítica, o objeto em questão, o corpo feminino, passa a ser entendido como um corpo-espécie “transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos”⁵². A mulher é mãe, esposa e dona-de-casa não porque assim o quer, mas, porque assim foi ensinada, assim precisa ser, ao menos, se quiser cooperar com o sistema capitalista em ascensão. Se quiser se enquadrar com a norma que dita o que é aceitável ou não, quem é “normal” e quem não é. Moldando-se ao padrão esperado, a mulher cumpre seu papel dentro da esfera burguesa. Desviando-se do mesmo padrão, é objeto de ingerência.

Dando embasamento a essa análise, o último tópico aqui apresentado teve a intenção de corroborar com a afirmação do trabalho: a doença mental serviu como um controle biopolítico sobre o corpo das mulheres; e, para tal, é composto por uma série de dados que visam complementar os argumentos teóricos. Ressalta-se a importância em coletar fontes que comprovem as afirmações aqui expostas, fazendo-se valer, também, de fontes primárias que enriqueçam a discussão. Revisitar a vida de mulheres, como M.J., Paola e Maria Antonia, as que aqui foram mencionadas, é dar espaço para essas vozes que foram caladas, resgatar Histórias que não foram contadas. Não podemos esquecer que todo ser histórico é um ser político, de forma que, o que se é lembrado, como se é escrito, e o que se é propagado, é resultado de todo um contexto histórico contaminado pelas ideias da época. O apagamento da mulher do relato histórico não é gratuito, assim sendo, é dever do historiador buscar entre as páginas dos livros os silêncios mais ensurdecedores, de maneira a recuperar memórias que já haviam sido esquecidas.

Dando voz para as mulheres do passado, somos capazes de empoderar as mulheres do presente. Mulheres que, ainda estão sob o poder de um controle biopolítico, e que ainda precisam se impor contra o patriarcado. Faz-se necessário estudar mais a fundo os antigos mecanismos de opressão de forma a melhor compreender os atuais, afinal, os métodos de dominação social permanecem presentes em nossa coletividade, mas, agora, com uma nova

⁵² Idem. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999. p. 131.

O estereótipo da loucura...

roupagem. A intervenção sobre os corpos femininos e o gerenciamento da vida não são assuntos datados, presos ao século XIX ou XX, ao contrário, se mostram tão atuais quanto nunca, vide o polêmico debate sobre a criminalização do aborto e a cultura do estupro. Fazer uma História das Mulheres é ocupar um espaço que lhes havia sido negado, é lutar contra o machismo estrutural, é ressignificar seu papel enquanto dona de seu corpo e de sua própria História.

Referências bibliográficas

ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?*. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

BOAVENTURA, E. M. A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 272 p. Available from SciELO Books<<http://books.scielo.org>>.

EMMERICK, Rulian. *Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia*. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.199. 2007.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. IN: PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUNOZ, Pedro F. de. As insanas do Hospício Nacional de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, supl. p. 231-242, 2008.

FACCHINETTI, Cristiana; CUPELLO, Priscila Céspedes. O processo diagnóstico das psicopatas do Hospital Nacional de Alienados: entre a fisiologia e os maus costumes (1903-1930). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 11, 2011. p. 697- 718.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: Curso no Collège de France (1974 - 1975)*. São Paulo: Editora Martin Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir - História da violência nas prisões*. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. 13. ed. Rio de Janeiro:

Editora Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1984.

FIOCRUZ. Hospício de Pedro II. In: VELLOSO, V. P. *et al.* Dicionário histórico-biográfico das ciências da saúde no Brasil (1832 -1930). Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/hospedro.htm>>. Acesso em: 9/10/2020.

GARCIA, Carla Cristina. Breve histórico do movimento feminista no Brasil. Disponível em: <<https://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

KEHL, Renato. Quer Casar? Pois Consulte o Médico Primeiro! O esforço da Eugenia para Salvar a Raça- Como Escolher uma Boa Esposa!”. *O Globo*, 08/02/1926. In: Acervo Renato Kehl – DAD – COC/Fiocruz. Caixa 1, maço 1. 1926.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas conseqüências espaciais. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, julho 2011.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: SINGER, Paul (org.). *A história da cidadania*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002, p.495-513.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 3, 2005. p. 983-1010.

PEGORARO, Renata Fabiana; CALDANA, Regina Helena Lima. Mulheres, loucura e cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. *Saúde Soc.*, São Paulo, n.2, v. 17, Junho, 2008, p. 82-94.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PORTO-CARRERO, J. Sexo e cultura. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, n. 5, maio de 1930. p. 157-166.

PUECH, Luiz M. de Rezende. Gynecologia e alienação mental. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, Rio de Janeiro, ano 3, n.2, abr.-jun. 1907. p.352-375.

ROXO, Henrique de Brito Belford. Dos estados mentaes nas grandes nevroses. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, Rio de Janeiro, ano 3, 1907. p.247-263.

O estereótipo da loucura...

ROXO, Henrique de Brito Belford. Hysteria. *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Sciencias Affins*, Rio de Janeiro, ano 2, 1906. p.139-148.

TAVEIRA, Adriana do Val Alves; RODRIGUES, Juliana; LEVANDOSKI, Daisa Maria. A Mulher e a psiquiatria no século XIX. *Revista Faz Ciência Unioeste - Campus de Francisco Beltrão*. Paraná, n. 31, v. 20, 2018. p. 95-108.

Recebido em: 12.01.2021

Aprovado em: 31.07.2021